

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)
ISSN: 2177-2886

Artigo

O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

*El Empoderamiento de las Mujeres Jubiladas Rurales:
Un Estudio sobre las Agricultoras en el Municipio de
Mamborê, Paraná*

*The Empowerment of Rural Retired Women: A study
on Farmers in the Municipality of Mamborê, Paraná*

Jocimara Maciel Correia

Universidade Estadual do Paraná
jocimara_maciel@hotmail.com

Cláudia Chies

Universidade Estadual do Paraná
claudiachies@hotmail.com

Fabiane Freire França

Universidade Estadual do Paraná
prof.fabianefreire@gmail.com

Como citar este artigo:

CORREIA, Jocimara Maciel; CHIES, Cláudia; FRANÇA, Fabiane Freire. O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 134 - 151, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

El Empoderamiento de las Mujeres Jubiladas Rurales: Un Estudio sobre las Agricultoras en el Municipio de Mamborê, Paraná

The Empowerment of Rural Retired Women: A study on Farmers in the Municipality of Mamborê, Paraná

Resumo

O objetivo do artigo é relatar perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê - PR, considerando o ganho de autonomia financeira e de respeitabilidade no âmbito familiar e comunitário; melhorias nas condições de vida e saúde após aposentarem-se. A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva quali/quantitativa por meio de levantamentos bibliográficos, análise de dados estatísticos e realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos demonstraram que o direito à aposentadoria para as trabalhadoras rurais vai além dos aspectos econômicos, pois proporciona ganho de autonomia financeira, empoderamento feminino, conhecimento de direitos e transformações nas relações sociais e culturais.

Palavras-Chave: Direitos; Autonomia; Aposentadoria Rural; Agricultoras.

Resumen

El objetivo del artículo es relatar las perspectivas de empoderamiento de las mujeres rurales retiradas en el municipio de Mamborê - PR, considerando la ganancia de autonomía financiera y respetabilidad en el ámbito familiar y comunitario; mejoras en las condiciones de vida y salud después de retirarse. La investigación se desarrolló desde una perspectiva cualitativa y cuantitativa a través de encuestas bibliográficas, un análisis de datos estadísticos y entrevistas semiestructuradas. Los resultados obtenidos demostraron que el derecho a la jubilación de los trabajadores rurales va más allá de los aspectos económicos, ya que proporciona ganancias en autonomía financiera, empoderamiento femenino, conocimiento de los derechos y transformaciones en las relaciones sociales y culturales.

Palabras-Clave: Derechos; Autonomía; Jubilación Rural; Agricultoras.

Abstract

The aim of this article is to report the perspectives of empowerment of retired rural women in the municipality of Mamborê (PR), considering their gain in financial autonomy and respectability in the family and in the community environments, and the improvements on their living and health care conditions after retirement. The research was developed from a qualitative-quantitative perspective by means of bibliographical surveys, analysis of statistical data and semi-structured interviews. The results showed that the right to retirement for rural women workers goes beyond economic aspects, because it provides financial autonomy, female empowerment, awareness of rights and transformations in the social and cultural relations.

Keywords: Rights; Autonomy; Rural Retirement; Female Farmers.

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França



Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo relatar perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê – PR, considerando o ganho de autonomia financeira e de respeitabilidade no âmbito familiar e comunitário, bem como melhoria nas condições de vida e saúde das mulheres agricultoras. Buscamos, também, apresentar uma reflexão acerca do papel social dessas trabalhadoras e seu acesso aos direitos, em especial, ao benefício previdenciário.

Compreendemos, nesta pesquisa, o conceito de empoderamento com base em autores (as) que refletem sobre o poder em que a mulher adquire no decorrer de sua vida nas suas relações sociais, culturais e políticas (LÉON, 2001; AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2010; CONNEL, 2016).

Um dos aspectos que evidencia a necessidade do estudo delimitado nesse grupo refere-se à expressiva representatividade das mulheres no contingente de idosos brasileiros, embora haja poucos estudos sobre elas. Sendo assim, justificamos a pesquisa pela análise da participação efetiva das mulheres na realidade cultural, econômica e social diante do direito adquirido pela aposentadoria rural.

Nesse sentido, levantamos os seguintes questionamentos para a problemática: como o benefício da aposentadoria contribui para o empoderamento das mulheres agricultoras? Houve transformações significativas na vida cotidiana dessas mulheres após se aposentarem? Desse modo, pretendemos contribuir com levantamentos sobre a importância da aposentadoria rural no ganho de autonomia e respeitabilidade pelas mulheres agricultoras, bem como na melhoria das condições de vida dos idosos de modo geral.

Assim, o artigo está organizado do seguinte modo: o primeiro tópico direciona a metodologia que foi utilizada para desenvolver a pesquisa. No segundo tópico, caracterizamos a área de estudo, na intenção de expor a compreensão sobre o espaço em que as agricultoras estão inseridas. Já no terceiro tópico, realizamos uma reflexão sobre a Previdência Social Rural e a inserção das mulheres no programa. No quarto item, analisamos as perspectivas de empoderamento das mulheres após o recebimento da aposentaria rural.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva quali/quantitativa, ou seja, com a análise de dados qualitativos e também quantitativos a partir de levantamentos teóricos e análise de dados estatísticos, assim como coleta de informações a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê – PR.

O primeiro momento contou com pesquisas bibliográficas referentes às mulheres no espaço geográfico e na historiografia, principalmente as mulheres agricultoras, com ênfase em temas relacionados ao empoderamento, participação e autonomia feminina. Foram também levantadas informações sobre a Previdência Social Rural, os benefícios conquistados pelas mulheres, problemas e dificuldades que elas enfrentam nos dias atuais para o

cumprimento das exigências legais e burocráticas.

Em seguida, levantamos dados secundários/estatísticos no que tange aos aspectos municipais e referentes à temática estudada junto a órgãos de pesquisa como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes); Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Prefeitura Municipal de Mamborê, dentre outros.

As entrevistas, cuja análise realizou-se em base qualitativa, foram aplicadas com a finalidade de proporcionar uma análise que fosse além da descrição do objeto a fim de promover reflexões críticas sobre os dados coletados. Com isso, utilizamos algumas técnicas nas análises das entrevistas para melhor compreensão das informações, pois compreendemos que:

de um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 168).

Realizamos o estudo de caso com aplicação de entrevistas semiestruturadas para agricultoras que recebem o benefício da aposentadoria rural especial, a fim de compreender mudanças em seu cotidiano após o recebimento da aposentadoria. Para esse tipo de entrevista, foi importante compreender as perspectivas científicas da história oral como fonte, pois de acordo com Thompson (1998, p. 337), “a história oral devolve às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Compreendemos que, ao utilizar de entrevistas semiestruturadas com o método da história oral, nos permite obter um grande arsenal de informações para realizar as análises para os resultados. Com isso, foram selecionados dois grupos de mulheres aposentadas rurais para aplicação das entrevistas, sendo o primeiro grupo constituído por agricultoras residentes na área rural e o segundo grupo de mulheres que saíram da área rural e atualmente residem na área urbana. No total, foram entrevistadas 10 mulheres.

As entrevistas foram realizadas nas respectivas residências das aposentadas, conforme disponibilidade, com duração de aproximadamente 50 minutos cada. Para realizar as entrevistas, optamos por fazer um contato prévio com pessoas que conhecessem as mulheres agricultoras para que fizessem o agendamento e nos acompanhassem. Dessa forma puderam ter mais conforto e confiança no momento em que foram entrevistadas.

As entrevistas foram gravadas em áudio e, para análise qualitativa das narrativas orais, utilizamos a técnica de triangulação de Brisola e Marcondes (2011, p. 08), que “ocorre mediante três etapas: 1) preparação e reunião dos dados; 2) avaliação de sua qualidade e; 3) elaboração de categorias de análise”.

No momento de transcrição dos dados, optamos por inserir as iniciais dos nomes das mulheres entrevistadas e a idade para garantir o anonimato. Após a

O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

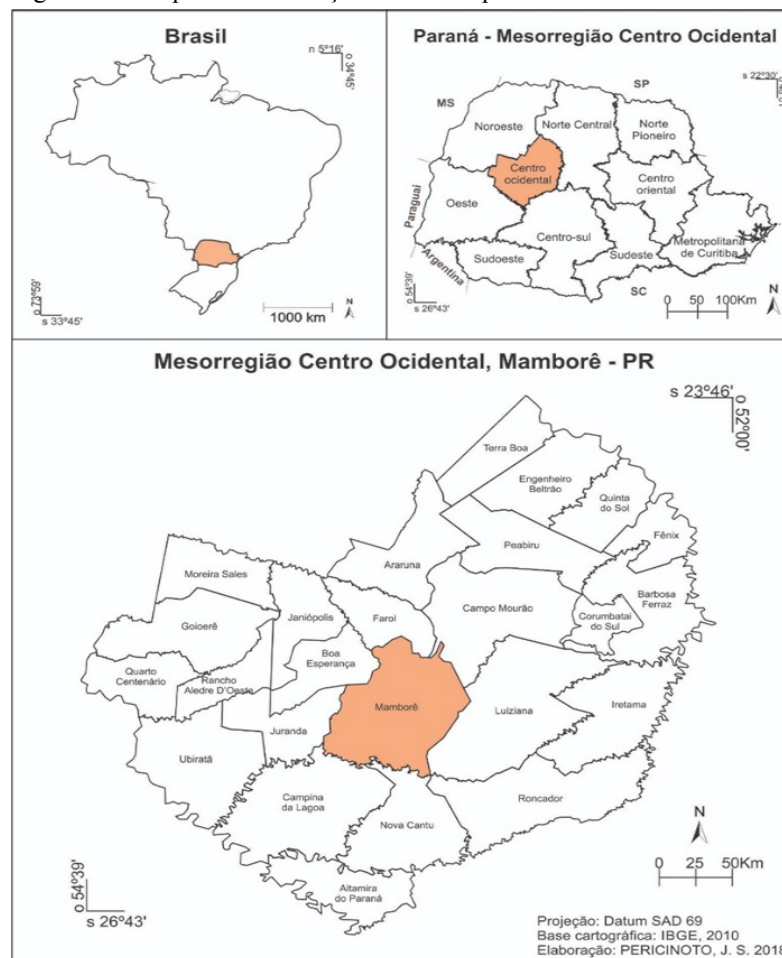
transcrição das narrativas foi realizada uma avaliação dos dados primários, priorizando a contextualização e reflexão a respeito dos temas presentes nas entrevistas.

A última etapa consistiu na construção teórica permeada com narrativas coletadas. Utilizamos o embasamento teórico para refletir sobre os relatos obtidos com as entrevistas, sendo necessário alcançar a reinterpretação das fontes. Para complementar a análise, empregamos na reflexão, segundo Brisola e Marcondes (2011, p. 11), “o diálogo entre a literatura pertinente ao tema e as narrativas orais, textos e contextos, informações coletadas e as categorias de análise estabelecidas num contínuo movimento dialético”.

Caracterização e análise da área de estudo

O município de Mamborê está localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Figura 01), situando-se no Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava. De acordo com o IBGE (2010), o município de Mamborê possui uma população estimada em 2017 de 13.798 habitantes, sendo um total de 8.984 na área urbana e 4.977 na área rural. Na área rural, 2.392 são mulheres e 2.585, homens. Ainda de acordo com o IBGE, o município possui aproximadamente uma área total de 782.904 km² e área urbana de 2.789,1 km².

Figura 01 - Mapa da Localização do Município de Mamborê – PR



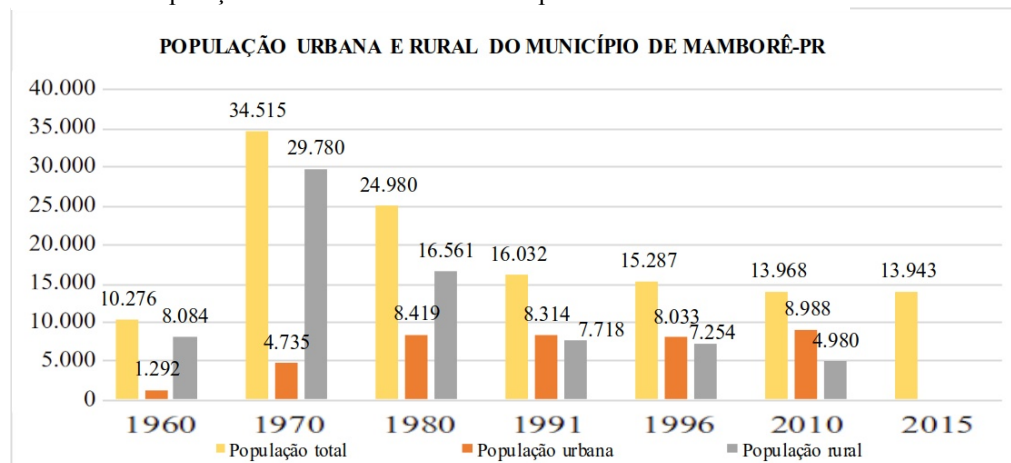
Fonte: Base Cartográfica IBGE (2018). Org. por PERICINOTO, J.S. (2018).

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França

O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

A população do município era basicamente rural (em torno de 80%) até ser emancipado em 1960, quando ocorreu o aumento da população urbana. No Gráfico 01, podemos observar o crescimento da população urbana do município de Mamborê entre as décadas de 1960 a 2010. Destacamos o crescimento na década de 1970.

Gráfico 01- População Urbana e Rural do Município de Mamborê – PR



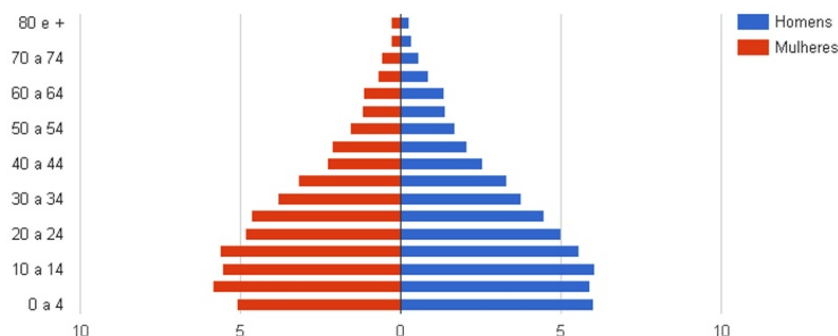
Fonte: Censos Demográficos IBGE (1960 a 2010) e Estimativa Populacional de 2015, IBGE. Organizado pelas autoras.

Na análise do Gráfico 01, constatamos que o município de Mamborê, no decorrer das décadas, apresentou crescimento total negativo, obtendo índice representativo de evasão da população rural. Com isso, podemos observar que o município apresenta predomínio das perdas populacionais para fora do município, ou seja, o processo de urbanização não absorveu o êxodo rural.

Nessa conjuntura, verifica-se que, mesmo ocorrendo o êxodo rural, muitos mamboreenses, ao mudarem-se para a cidade, “não se desfizeram das propriedades rurais, isto evidencia, de certo modo, a importância da agricultura para a economia do município” (MORIGI; BOVO, 2012, p. 11).

A estrutura etária da população mamboreense, de acordo com Costa e Scheffer (2017, p. 15), “está passando pelo processo de transição demográfica”. Compreendemos essa afirmação com a análise das Figuras 2, 3 e 4, nas quais apresentam as pirâmides etárias distribuídas por sexo segundo grupos de idade nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 2 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 1991



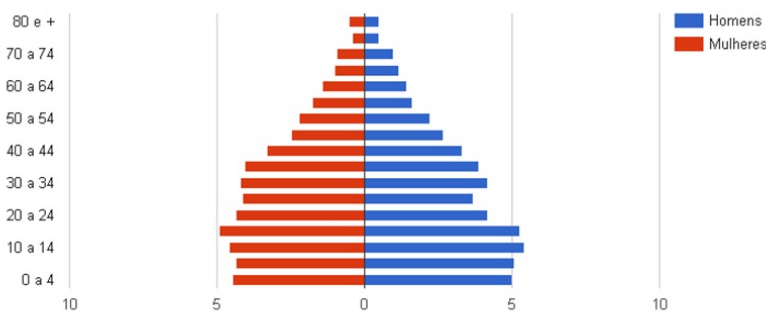
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França



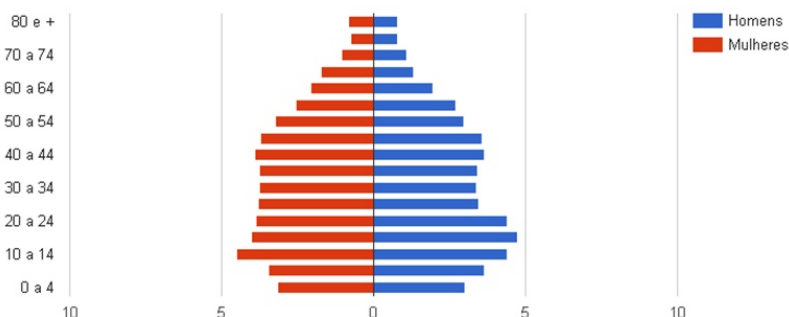
O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

Figura 3 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

Figura 4 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

De acordo com os dados apresentados nas Figuras 3, 4 e 5, analisamos que de 1991 até 2010 houve estreitamento da base e alargamento do topo das pirâmides etárias do município, ou seja, diminuição do número de crianças e jovens e aumento do número de idosos.

A partir desses dados, é possível afirmar que a população mamboreense passa por um crescimento do índice de idosos (as). Com isso, é importante garantir a esse grupo melhores condições de vida e saúde e reivindicar políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Com a análise das pirâmides etárias, em relação à divisão por sexo, um dos resultados expressivos é a maior proporção de mulheres no grupo intergeracional. Na Figura 2, a população mamboreense com idade acima de 80 anos já demonstra as mulheres com maior índice em relação aos homens. Em seguida, nas Figuras 3 e 4, essa representação já é crescente, destacando que, na faixa acima de 80 anos, as mulheres estão vivendo mais que os homens. Sobre a feminização da velhice é interessante avaliar que ela:

traz consigo diversos fatores positivos e/ou, negativos tanto para a própria mulher quanto para a família, uma vez que pode estar associada a um maior risco social e, ao mesmo tempo, a uma reestruturação do espaço relacional por ser a mulher idosa importante elo para a rede de apoio familiar (ALMEIDA, 2015, p. 124).

Diante do aumento do número de idosos (as) em escala mundial, o que reflete nas realidades locais, como no caso de Mamborê, salientamos a importância e a necessidade de ações conjuntas entre as diferentes esferas de governo. Tais ações devem visar à promoção de melhorias das condições de vida do público idoso, sobretudo nos setores de saúde, lazer e serviços em geral, com atendimento prioritário e específico. Sendo assim, o tópico a seguir contempla uma breve análise da previdência rural no Brasil e como as mulheres foram inseridas no sistema.

Breve histórico da previdência rural no Brasil e a inclusão das mulheres no sistema

No final do século XVIII e início do século XIX começou a ser discutida e formulada a criação do benefício da previdência social para a população brasileira. Primeiramente, o benefício foi ofertado para integrantes das forças oficiais, como a marinha e o exército e seus dependentes. Em seguida, o sistema foi ampliado e, no final do século XIX, programas foram consolidados atendendo, conforme afirma Schwarzer (2000, p. 06), “grupos estratégicos de funcionários públicos, bem como os grupos sociais organizados, como, por exemplo, ferroviários e portuários fundamentais para o funcionamento regular da economia”.

Oficialmente, somente no ano de 1923 é que foi criado o modelo de previdência social no Brasil. Esse fato ocorreu quando foi promulgada a Lei Elói Chaves que tinha como objetivo permitir a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que, ao longo dos anos, foram reestruturadas.

Mas o sistema ainda não garantia o benefício para os(as) trabalhadores (as) rurais, mesmo considerando que, até a década de 1960, a população brasileira vivia, em sua maior parte, na área rural. Schwarzer (2000, p. 14) explica que, nesse momento, os trabalhadores rurais não representavam “grupo de pressão com capacidade de articulação política e vocalização suficiente” para reivindicar tal direito.

A partir da década de 1960, ocorreram transformações no cenário brasileiro com o surgimento das ‘Ligas Camponesas’ que passaram a organizar reivindicações nos setores econômico e social, surgindo a pauta pela reforma agrária. Esse fato afetou as questões socioeconômicas do país ao movimentar o setor rural na luta por seus direitos. As pressões foram atendidas pelo governo do João Goulart por meio do sancionamento, em 1963, da Lei 4.214 referente ao Estatuto do Trabalhador Rural. Porém, essas medidas na prática tiveram efeitos, de acordo com Schwarzer (2000, p. 15) “meramente demonstrativos, sem impacto relevante algum na estruturação de um sistema de proteção social concreto na área rural”.

Com a criação da Lei Complementar nº 11 em 1971, foram incluídos os (as) idosos (as) e pessoas com invalidez da área rural como beneficiários da aposentadoria. Entretanto, como informa Chies (2017, p.200), “só houve a efetivação do acesso a esse direito a partir de 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural)”.

A inserção efetiva da mulher no Sistema de Previdência Social Rural ocorreu de forma recente, pois, historicamente, o benefício foi constituído na divisão de gênero, sendo por lei concedida apenas à "cabeça do casal", na grande maioria das vezes, ao homem, considerado o provedor do sustento familiar e a mulher caracterizada como dependente. Com isso, o sistema compreendia que a mulher não produzia renda e participação na economia, portanto, não tinha o direito posteriormente à aposentadoria.

As mulheres, no decorrer dos tempos, buscaram por sua autonomia e espaço igualitário na sociedade e na ciência, passando por um grande processo de luta para não serem invisíveis na sociedade. Nesse contexto, existem dificuldades em tratar a história das mulheres, segundo Perrot (2015, p. 21), "sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios".

Em relação à representação das mulheres na ciência historiográfica, desde o século XIX que a história se tornou uma disciplina científica, conforme Priore (1994, p. 12), "a história tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideias masculinas dos historiadores que, até pouco tempo, a produziam exclusivamente".

Sendo assim, pouco se escrevia sobre as mulheres, e o que era produzido foi marcado pelas representações que os homens concediam a elas. Nesse contexto, sendo constituídos por representações masculinas, esses fatores explicam, de acordo com Perrot (2015, p. 22), "que haja uma falta de fontes não sobre as mulheres nem sobre a mulher, mas sobre sua existência concreta e sua história singular. No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra".

Esse contexto histórico justifica a não inclusão das mulheres no sistema previdenciário. Somente com as lutas diárias e maiores representações femininas em ambientes da sociedade é que as mulheres começaram a ser inseridas em programas, buscando garantir seus direitos.

As mudanças que começaram a ocorrer na metade do século XX, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho assalariado, resultou na entrada de novos direitos a essa categoria. No Brasil, o modelo da Previdência Social aplicado no setor urbano era diferente ao do aplicado no setor rural. A inclusão das trabalhadoras rurais em relação às trabalhadoras urbanas foi tardia. Dessa perspectiva, o trabalho da mulher no ambiente rural, por muito tempo, foi invisível e estava vinculado às atividades domésticas e familiares, repercutindo culturalmente nas relações sociais cotidianas.

No Brasil, com a Constituição em 1988, tem início, por lei, mudanças tangentes aos direitos trabalhistas e igualdade entre homens e mulheres, sendo concedido às mulheres o direito da aposentadoria e à licença maternidade. Além disso, se estendeu o direito à aposentadoria aos agricultores em regime de economia familiar - homens a partir dos 60 anos e mulheres a partir dos 55 anos - e à pensão por morte a ambos os cônjuges, com o valor de um salário mínimo. Com isso, as trabalhadoras rurais gradativamente passaram a ter mais consciência de seus direitos e do papel de seu trabalho na agricultura.

Porém, ainda existem dificuldades para as mulheres na comprovação das atividades rurais devido a muitas não se autodeclararem agricultoras em documentos oficiais e seus nomes não aparecerem nas notas fiscais de

comercialização. Segundo Chies (2017, p. 211), “na comercialização dos produtos, as notas fiscais são emitidas em nome dos homens, sendo ainda visto como o responsável pela atividade produtiva”. E são esses documentos que servem como provas para a comprovação das atividades rurais. Em âmbito geral, a inclusão dos trabalhadores rurais na previdência social foi tardia e conflituosa, e, como enfoca Brumer:

A inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como “ajuda” às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início considerado como “dependentes”, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como “autônomas”, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social (BRUMER, 2002, p. 3).

Enquanto ocorrem diferentes tratamentos relacionados à previdência em relação a homens e mulheres, Camarano e Pasinato (2002) relatam que os argumentos para tais diferenciações tradicionalmente utilizados:

para a manutenção desse diferencial são: a) uma forma de compensação pelo tempo de afastamento do mercado de trabalho a que são submetidas as mulheres em função da reprodução e responsabilidades familiares; b) uma suposta “fragilidade” relativamente ao sexo masculino; c) postos de trabalho de qualidade inferior; d) a dupla jornada a que estariam expostas ao ter que conciliar o trabalho assalariado com as tarefas domésticas; e) uma tentativa de igualar as idades de aposentadoria entre maridos e mulheres, admitindo que as mulheres se casam com homens mais velhos (CAMARANO; PASINATO, 2002, p. 2).

Essas atitudes para concessão do benefício da Previdência Social às mulheres é um resquício de uma construção social patriarcal que ainda está presente no cenário brasileiro.

Atualmente, a participação feminina cresceu em diversos ambientes como no mercado de trabalho, representações políticas e comunitárias, no âmbito familiar e quebrou inúmeras barreiras postas por uma sociedade machista e patriarcal. A história das mulheres e o território do feminino não são lugares pacíficos em que a mulher se move sem riscos e confrontos. Muitas mulheres sofrem silenciadas e sufocadas por uma cultura enraizada que reprime a participação feminina como sujeito histórico e na produção do espaço geográfico. Todavia, é possível identificar o empoderamento de mulheres nas relações cotidianas entre os familiares, na comunidade e nos espaços públicos em que estão inseridas.

As perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais de Mamborê, Paraná

A construção do empoderamento feminino perpassa por alguns caminhos que precisam ser evidenciados, de acordo com Ferrari (2013, p. 2), essas evidências estão “na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania.” Além disso, na reflexão de Ferrari (2013, p. 2), “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima”.

Para analisar o processo de empoderamento das agricultoras com o benefício da Previdência Social Rural, foi necessário compreender o processo que as mulheres percorreram e as mudanças no cotidiano antes e após receberem o benefício. Com isso, entendemos que o empoderamento das mulheres aposentadas rurais está relacionado a diversos fatores, dentre eles, aspectos econômicos, sociais, psicológicos, culturais e de relações de poder.

Conforme o relato feito pela aposentada F. M., de 58 anos: “*agora eu posso comprar uma coisa diferente, não que ele (marido) não dava dinheiro, mas poxa, eu pensava: esse dinheiro não é meu, mesmo eu trabalhando com ele junto, eu considerava que aquele dinheiro era dele*” (informação verbal)¹.

O relato acima representa a forma como muitas mulheres agricultoras se viam antes e como se veem após o recebimento do benefício da Previdência Social. Analisamos que antes de se aposentarem, mesmo tendo uma participação efetiva e fundamental na produção familiar, os membros do núcleo familiar e elas próprias não se sentiam possuidoras e/ou gestoras dos recursos financeiros.

Verificamos que as mulheres agricultoras possuem uma dinâmica de trabalho em que a maioria é responsável pela maior parte das atividades domésticas, e ainda tem papel essencial na dinâmica produtiva da família, porém, sua participação no âmbito financeiro é geralmente regulada pelo chefe da família, no caso, o marido. No entanto, após aposentarem-se, as agricultoras recebem o benefício em seus nomes, com cartão próprio, e passam a ter mais autonomia financeira, considerando o recurso como seu.

A partir dessa perspectiva, o primeiro ponto a ser discutido é o próprio processo de garantir o recebimento da aposentadoria. O acesso à aposentaria nem sempre foi um processo fácil. Para as mulheres, essa dificuldade era mais acentuada, devido aos impasses para comprovar as atividades rurais. As notas dos produtos comercializados, documentos mais comuns para comprovar a atividade rural, na maioria das vezes, eram emitidas no nome do seu cônjuge. Com isso, para conseguirem adquirir o benefício, era preciso acionar advogados, procurar testemunhas para comprovar o trabalho rural, entre outros procedimentos.

Entre as aposentadas entrevistadas, algumas relataram que no momento da entrevista no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que é também critério para a concessão do benefício previdenciário rural, perceberam que os técnicos do INSS tentaram dificultar suas respostas, sendo feitas diversas perguntas repetitivas, com intuito de constatar incoerências.

¹ F.M, 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2019.

A aposentada S. M., de 55 anos, quando questionada sobre a entrevista realizada no INSS, se mostrou consciente do direito ao benefício e da importância de sua classe trabalhadora:

Não, não é que a entrevista seja difícil, difícil que às vezes eles querem complicar. Querem achar alguma coisa para gente se contradizer, se a gente tem outro ganho e tal, mas a gente pagou, mesmo que a gente tenha outro ganho, nós pagamos para ter algo a mais (informação verbal)².

Para compreendermos com mais nitidez o que significou a aposentaria no cotidiano das mulheres entrevistadas, foi solicitado o tempo em que cada uma recebe o benefício. Dentre as participantes da pesquisa, somente uma aposentada recebe o benefício há menos de um ano, e a mesma já consegue sentir a diferença em sua vida, sendo que, para ela, “*é um benefício que podemos comprar coisinhas de mulher, coisas que só mulheres precisam*”³, ou seja, esse relato retrata a possibilidade de decisão feminina de gasto do recurso e do investimento em si própria, em produtos que lhe são necessários.

As demais mulheres possuem o direito garantido entre três e quinze anos e demonstram com explicitude as transformações do benefício em suas vidas. Os relatos das aposentadas mostraram que passaram a consumir mais produtos relacionados à higiene pessoal, cosméticos, produtos para casa, alimentos e acessórios femininos.

Também utilizam o recurso da aposentadoria para reformas da casa e para aquisição de novos móveis e eletrodomésticos, melhorando as condições de vida de toda família. No relato da aposentada M. F., de 76 anos é perceptível essa melhora: “*Quando chegou a minha aposentadoria, e o atrasado também veio, nós conseguimos forrar a casa, pintar a casa e mudar pra dentro dela. Com esse dinheiro eu consegui melhorar minha casa e minha condição de vida*” (informação verbal)⁴.

Além dos investimentos com itens para casa, uma das aposentadas investiu também na melhora da sua condição de locomoção, relatando que comprou uma moto para uso pessoal. De acordo com a aposentada I. de 63 anos⁵, “*eu comprei máquina, eu comprei geladeira, mesa eu comprei um monte de coisa, assim, parcelado, mas, comprei até uma motinha para eu andar*”. A aposentada, no relato, abordou que percebeu a necessidade de não depender somente do seu marido para poder ir a determinados lugares, sendo que após comprar a moto ela pode inclusive ajudar seu marido na resolução de algumas questões.

2 S. M., 55 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2019.

3 S. M., 55 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

4 M. F., 76 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

5 I., 63 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

Com os relatos das aposentadas constatamos que a autonomia financeira dessas mulheres se torna um fator condicionante na participação ativa, nas tomadas de decisões e no ganho de respeitabilidade perante a família. Essa independência econômica é indispensável, de acordo com Sen (2000, p.18), “para o reconhecimento da condição de agente por parte dos indivíduos, por fazer com que eles se sintam como pessoas responsáveis por sua vida e emancipados”.

Constatamos que as mulheres também utilizam o dinheiro da aposentadoria para auxiliar outras pessoas da família, como netos (as) e filhos (as). Foi observada a preocupação das aposentadas em ajudar sua família, pois sendo um recurso fixo mensal, é possível contribuir mais com os familiares, amigos e comunidade.

Além disso, as aposentadas gastam a maior parte do valor recebido com o benefício no comércio local. Dentre as entrevistadas, houve o relato que elas preferem o comércio local devido à proximidade, sendo mais viável efetuar as compras no município de origem do que em outro. A aposentada M. F., de 58 anos, relata sobre a importância em consumir no comércio local de seu município para fortalecê-lo:

A gente não vai pra outros lugar, fica difícil, aqui é mais perto para ir, e também para ajudar o município, se a gente comprar em outro lugar, tirar daqui e coloca o dinheiro em outro município. Se todos pensassem eles comprariam tudo na sua cidade, não fariam compra em outro lugar. Depois reclamam que o município não dá saúde, educação e não desenvolve. Mas cada um tem que fazer sua parte (informação verbal)⁶.

Em relação ao gerenciamento da renda, as mulheres relataram que antes de se aposentar não tinham autonomia para administrar o dinheiro conquistado pelo seu trabalho. As aposentadas relataram que antes do recebimento da aposentadoria, o dinheiro era administrado principalmente por seus maridos. Algumas mulheres justificaram essa questão ao abordarem que o dinheiro era primeiro direcionado aos equipamentos de trabalho, depois aplicado ao consumo da família e se sobrasse seria aplicado aos gastos extras.

Assim, a aposentada M. F. relata que “*hoje, só penso que temos a mente diferente, no caso, se ela trabalha, ele vai pra roça, direito igual, dinheiro é dele e dela também. Mas no meu tempo e no da minha mãe a gente achava que era do marido*” (informação verbal)⁷. A mãe de M. F. que participou também da entrevista, relata que “*a gente parece que era mandada por eles, eles que eram chefe da gente. Agora que aposentei considero meu dinheiro, posso gastar um pouquinho a mais*” (informação verbal)⁸.

6 M. F., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

7 M. F., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

8 F. F., 76 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

Esses relatos retratam o predomínio das famílias patriarcais e a submissão das mulheres nesse contexto. Também mostram que o acesso a direitos fundamentais pelas mulheres, como o caso do benefício previdenciário, leva a transformações na estrutura familiar, social e cultural, mesmo que de modo lento, tornando-se um ganho à sociedade em geral.

Outras mulheres apontaram que o dinheiro e os gastos da família eram sempre negociados com seus parceiros, sendo consultadas para que houvesse a aplicação do dinheiro em algum investimento, mas isso não significava que elas possuíam a autonomia de gerenciar tais investimentos. O relato da aposentada L. M., de 65 anos, nos mostra o ganho de autonomia pela mulher aposentada:

Era mais difícil por que era só ele, ele tinha aposentadoria dele e vivemos com ela. Mas era mais ele que gerenciava o dinheiro, agora com a minha aposentadoria eu que cuido do meu dinheiro e melhorou para mim. Eu não tenho que dar satisfação para ele do meu dinheiro, do que eu faço, eu dou satisfação porque já somos acostumados, mas ele não me interrompe em nada (informação verbal) ⁹.

Podemos perceber que o fato de a trabalhadora rural ter sua renda e poder gerenciá-la representou ganho de autonomia da mulher no contexto familiar e comunitário, o que melhorou sua vida. Neste sentido, concordamos com as autoras que o empoderamento dessas mulheres:

pode ser percebido nas dimensões econômicas, sociais e políticas representando perspectivas como aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na sua participação no poder (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2010, p. 3).

Ao questionar sobre o sentimento de conseguirem o direito ao benefício previdenciário, ficou evidente a transformação gerada na vida dessas mulheres. O relato de L. M., de 65 anos, expressa bem esse processo: “*sentimento de liberdade, passei a viajar mais, sair mais, vou para alguns lugares que tinha vontade de ir e nunca fui, tinha vontade de encher o carrinho de compra que nunca enchi, hoje em dia eu encho, foi muito bom*” (informação verbal)¹⁰.

As aposentadas relataram que o sentimento que possuem é uma sensação de felicidade, acompanhada de alívio, pois, a partir daquele momento poderiam ter uma velhice mais tranquila. Mesmo o benefício sendo um salário mínimo, representa seguridade em um momento da vida em que é necessário o descanso, o cuidado com a saúde e o lazer. Em relação a isso, a questão da saúde foi um ponto essencial abordado pelas entrevistadas, conforme a aposentada M. G., de 60 anos:

⁹ L. M., 65 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 26/05/2018.

¹⁰ L. M., de 65 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/05/2018.

Eu comecei a ir mais no médico, até porque começou a aparecer mais problema, conforme a idade foi chegando os problemas também. Eu tenho problema de vista e a cada 4 meses eu pago consulta que antes eu não pagava, posso ir no cardiologista, se surge um problema eu já faço meus exames e isso ajuda bastante. A gente diz que não vai guardar o dinheiro, mas é para deixar também para a saúde, cuidar primeiro da nossa saúde (informação verbal) ¹¹.

Dentre as entrevistadas, os relatos sobre a melhoria das condições de vida e saúde foi destacado, as aposentadas enfocaram que a partir da aposentadoria começaram a cuidar mais do seu bem estar, se preocupando com visitas periódicas em médicos e cuidados pessoais.

Outro aspecto relatado foi a possibilidade de realizar atividades de lazer, pois, com o recebimento do benefício, conseguem viajar e ir em festas. De acordo com a aposentada M. C.¹², *“com o tempo e o dinheirinho que eu tenho agora, posso planejar as minhas viagens para conhecer as igrejas, o Divino Pai Eterno que era meu sonho”*.

Já a aposentada L. M.¹³ relatou que utiliza seu tempo para o lazer frequentando os bailes da melhor idade ofertados pelos municípios da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão e de Mamborê, a aposentada relata: *“eu sempre gostei de dançar, com a idade vai sendo difícil às vezes né, vou ao médico sempre, mas não deixo de ir aos bailes me divertir, conheço gente nova sempre que vou, eu gosto muito, me sinto viva”*.

As narrativas dessas mulheres mostram que mesmo que o valor recebido com a aposentadoria seja pouco, é significativo o valor simbólico que representa, ou seja, além do recurso financeiro, há a importância do reconhecimento do seu trabalho como agricultora, do seu papel como cidadã ativa e participativa na vida familiar e comunitária. Essa simbologia destaca o seu papel como mulher autônoma e independente.

As experiências relatadas pelas narrativas demonstram não somente os aspectos de ganho financeiros que as aposentadas adquiram com o benefício, mas também aspectos emocionais e sociais que transformaram o seu cotidiano ao adquirir o empoderamento diário em suas relações sociais. Obviamente que essas transformações não podem ser consideradas suficientes, porém, são fundamentais porque marcam um processo de evolução, de ganho de espaço social pelas mulheres, e essas mudanças podem possibilitar que as atitudes e comportamentos das novas gerações sejam mais igualitárias entre homens e mulheres.

11 M. G., 60 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 26/05/2018.

12 M. C., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 27/05/2018.

13 L. M., 59 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 02/06/2018.

Considerações finais

A pesquisa mostrou que o benefício da aposentaria rural desempenha um importante papel no cotidiano das mulheres agricultoras. No meio rural, é comum que a representação dessas mulheres, sobretudo das idosas, que participam e assumem as funções da casa e da família, porém, com o direito à aposentadoria, há o reconhecimento de que desempenham papel fundamental na organização produtiva e na realização do trabalho, ao promover diversas transformações no espaço geográfico em que vivem.

Constatamos, com a pesquisa que, com o recebimento do benefício previdenciário, a agricultora passa por um processo de modificações nas relações sociais, políticas e culturais no ambiente em que ela está inserida. Essas modificações representam melhoras em suas vidas, que vão desde o cuidado consigo, com sua saúde, até ganho de autonomia para a tomada de decisões nos âmbitos pessoal, familiar e comunitário.

Dessa forma, é necessário assegurar que essas mulheres adquiram o benefício previdenciário, e isso se amplia na medida em que elas têm acesso sobre seus direitos e de como adquiri-los. Muitas dessas mulheres enfrentaram, durante sua vida, um cotidiano baseado nas sombras de seus pais e cônjuges, em que seu papel de mulher estava voltado somente para o trabalho doméstico e familiar.

Uma das premissas desta pesquisa foi justamente analisar o empoderamento adquirido pelas agricultoras com o benefício da Previdência Social. Compreendemos que as mulheres, ao possuir essa renda fixa mensal, podem vivenciar experiências e anseios que foram conservados durante suas vidas.

Podemos concluir com a pesquisa que o empoderamento feminino, nesse caso, não está somente ligado ao valor simbólico representado no dinheiro. Está também calcado na forma com a qual as mulheres encaram o empoderamento: de forma libertadora, o que inclui seus sonhos, anseios e esperanças.

Essa forma de empoderamento pode garantir à mulher aposentada rural o repensar e o questionar sobre determinados padrões patriarcais e machistas incorporados na sociedade brasileira e serem protagonistas de suas próprias vidas e histórias.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Mamborê – PR**. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mambore_pr.>. Acesso em Ago. 2018.

AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, p. 195 – 213, 2015.

ALMEIDA, Alessandra Vieira; MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Emília Pio da; KANSO, Solange. **A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social**. Textos & Contextos, v. 14, n. 1, p. 115 - 131, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas** - Unitau, v. 4, n. 1, p. 124 - 136, 2011.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, v. 10, n. 7, p. 50 – 81, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária: Como Ficam as Mulheres? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade do Tocantins, 2002, p. 1 - 30.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

COSTA, Fábio Rodrigues da; SCHEFFER, Milena Ferreira. Avaliação de indicadores sociais no município de Mamborê – PR. **Revista Percursos**, v. 9, n. 1, p. 105 - 126, 2017.

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Bassanezi Carl. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: <<http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2018.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 27 - 36, 2011.

GIULANI, Paola Cappelim. O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORI, Mary; BASSANEZI PINSKI, Carla (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 640 – 668.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de Dados do Estado – BDEweb**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em Ago. 2018.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La ventana**, v. 13, p. 94 - 106, 2001.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 223 - 243, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2014.

SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: MOTTA, Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 220 - 235.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 10, p. 281 - 300, 2007.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A; COSTA, Suely Gomes. A história das mulheres cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7 - 30, 2000.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11 - 30, 2005.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Recebido em 06 de novembro de 2019.

Aceito em 26 de maio de 2020.

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França

